

CARAMBAIA

Victor Klemperer

Munique 1919
Diário da revolução

É para rir e chorar ao mesmo tempo

ilimitada

Ensaio histórico
WOLFRAM WETTE

Prefácio
CHRISTOPHER CLARK

Tradução e posfácio
MÁRIO LUIZ FRUNGILLO

- 6 A revolução alemã de 1918-1919 – Um ensaio histórico,
por Wolfram Wette
21 Prefácio, por Christopher Clark
25 Sobre esta edição

• • •

Parte I

29 É para rir e chorar ao mesmo tempo (1942)

Revolução

- 31 [novembro de 1918]
37 [dezembro de 1918]
65 [janeiro de 1919]
68 [fevereiro de 1919]
82 [março/abril de 1919]
91 [abril de 1919]
103 [abril/maio de 1919]
105 [maio de 1919]

Parte II

111 Diário da revolução (1919)

- 113 Política e boêmia

- 119 Duas cerimônias em Munique
123 Munique depois do assassinato de Eisner
131 Os acontecimentos na Universidade de Munique
135 A terceira revolução na Baviera
Diário da revolução
143 [Munique, 17 de abril de 1919]
149 [18 de abril de 1919]
151 [19 de abril de 1919]
155 [domingo de Páscoa, 20 de abril de 1919]
158 [segunda-feira de Páscoa, 21 de abril de 1919]
158 [22 de abril de 1919]
159 [30 de abril de 1919]
164 [2 de maio de 1919]
170 [4 de maio de 1919]
173 [10 de maio de 1919]
181 Tragicomédia muniquense

• • •

- 185 Posfácio – A testemunha contumaz,
por Mário Luiz Frungillo
192 Cronologia de Victor Klemperer
201 Glossário
204 Índice onomástico

A revolução alemã de 1918-1919
Um ensaio histórico
WOLFRAM WETTE

Mais de cem anos depois, a revolução alemã de 1918-1919 ainda desperta interesse. Não surpreende que seja assim. Pois até então só havia na história do país essa única revolução que, em certa medida, foi bem-sucedida. Dela surgiu a sua primeira democracia, a República de Weimar. A revolução de 1918-1919 é um dos pontos de inflexão da história alemã mais recente. Ela ocupa lugar permanente na memória que os alemães guardam de suas tradições democráticas. Só poderemos compreender as causas e as formas dessa revolução se tivermos a consciência de que ela foi tudo, menos um golpe estrategicamente planejado por revolucionários profissionais prontos para empregar a violência. Não, ela nasceu do protesto de milhões de alemães contra a Grande Guerra, que já durava quatro anos. A guerra trouxera a morte e a miséria para o país, e a maioria ansiava por seu fim imediato. Desde 1916 o país era governado por uma ditadura militar, o Supremo Comando Militar (*Oberste Heeresleitung*, ou OHL), sob o marechal de campo Paul von Hindenburg e seu ajudante de ordens, general Erich Ludendorff. Este último era de fato o homem forte do OHL.

Na primavera e no verão de 1918 tornou-se evidente que esses generais ainda não tinham tomado nenhuma providência no sentido de encaminhar uma “paz negociada” – estabelecida como objetivo político pela maioria parlamentar um ano antes. Em vez disso, os detentores do poder queriam continuar a lutar e deixar que a “pátria” continuasse a definhar a fim de obter uma “paz vitoriosa”, supostamente ainda possível. Esse

foi o solo fértil para os movimentos de protesto que surgiram no decorrer de 1918, tanto no front quanto na pátria. Em março, soldados alemães da frente ocidental, em solo francês, deram a conhecer, por meio de uma “greve militar oculta” aos olhos do comando militar, o que pensavam da política de guerra alemã. No solo pátrio houve grandes greves, inclusive nas fábricas de armamentos, fundamentais para a guerra. Formou-se um movimento de massas contra a guerra, que saiu às ruas para exigir “Paz, liberdade, pão!”. “Paz” significava o rápido término da guerra; “liberdade”, a substituição do Estado autoritário militarista por uma república democrática; e “pão” exigia finalmente concentrar as ações do Estado em alimentar sua população carente, o que incluía a suspensão do bloqueio das importações de alimentos dos países aliados.

No final de outubro e início de novembro de 1918, um motim de marinheiros da Frota Imperial de Alto-Mar em Wilhelmshaven e, depois, em Kiel teve igualmente por objetivo um término acelerado da guerra. Ao questionarem fundamentalmente as antigas relações de poder e se aliar aos trabalhadores locais, os marinheiros deram o sinal para a revolução alemã. Esta se espalhou como uma inundação vinda do norte para cobrir toda a Alemanha. A Munique, ela chegou já em 7 e 8 de novembro, ainda antes de alcançar a capital, Berlim. Como já ocorrera em Kiel, os soldados revolucionários se aliaram em muitas outras cidades alemãs aos trabalhadores revolucionários. A partir de suas próprias fileiras, constituíram conselhos de trabalhadores e soldados em nível local, regional e nacional que tomaram o lugar dos antigos governos como órgãos de poder revolucionários.

Em 9 de novembro houve uma ruptura política decisiva em Berlim. O operariado das grandes indústrias de Berlim entrou em greve geral. Os soldados da guarnição se solidarizaram com os grevistas. Sob pressão, o imperador Guilherme II abdicou do trono. O chanceler Max von Baden entregou seu cargo ao presidente do Partido Social-Democrata Majoritário da Alemanha (MSPD), Friedrich Ebert. Philipp Scheidemann, parlamentar veterano e um dos mais conhecidos políticos do MSPD, proclamou do balcão do edifício do Reichstag: “Viva

a República Alemã!”. Algumas ruas mais adiante, o deputado Karl Liebknecht, do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD), proclamou a “República Socialista Livre da Alemanha”.

Seguiu-se, então, a revolução “de baixo”. Sob pressão da base, que exigia a convergência dos dois partidos social-democratas, foi criado em 10 de novembro de 1918 um novo governo, que se autodenominou “Conselho dos Comissários do Povo”. A ele pertenciam três políticos experientes de cada um dos dois partidos social-democratas. Ebert assumiu a presidência. Esse governo revolucionário emitiu em 12 de novembro de 1918 uma importante proclamação “Ao povo alemão!”, na qual comunicava a implantação de reformas políticas: introdução da jornada de trabalho de oito horas, assim como o direito de voto universal, paritário, secreto e direto a partir dos 20 anos de idade (inclusive para as mulheres) e a realização de eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte. O problema da socialização, ou seja, da coletivização dos meios de produção, não foi mencionado na proclamação, o que se devia às diferentes concepções de ambos os partidos sobre os objetivos da revolução e se constituiria em fonte de conflitos nos meses seguintes. As transformações revolucionárias na capital, Berlim, que afinal tinham influência sobre todo o Reich alemão, transcorreram – contrariando certas expectativas – de modo tranquilo e sem derramamento de sangue. O antigo sistema ruiu sem luta. Alguns historiadores afirmam que o curso pacífico da revolução de novembro se deveu justamente a essa abdicação sem resistência dos antigos poderes. Outros apontam para o estágio avançado da democratização, o elevado grau de industrialização do país e, como resultado de ambos, um reflexo anteaos extensamente disseminado na população alemã, que incluía o desejo de uma continuidade administrativa.

Em 11 de novembro de 1918, as armas finalmente se calaram, como os movimentos de massas exigiam havia meses. Mas os generais comandantes Hindenburg e Ludendorff se eximiram de assinar o armistício e, com isso, assumir a responsabilidade pela derrota militar do Reich alemão. No lugar deles, o governo dos comissários do povo enviou o político centrista Matthias

Erzberger à cidade francesa de Compiègne, a fim de assinar o tratado do armistício. Na sequência, os oficiais responsáveis conduziram milhões de soldados alemães das frentes de batalha para a pátria. Ali eles foram desmobilizados. Onde a burocracia militar não estava em condições de emitir papéis regulares de dispensa, ocorreram desmobilizações espontâneas. Todos estavam felizes por haver sobrevivido à guerra e queriam de qualquer modo estar de volta a casa antes do Natal.

Enquanto as transformações revolucionárias se realizavam em Berlim, o suboficial alemão Victor Klemperer estava na cidade lituana de Vilna, ocupada por tropas alemãs. Em 1915, o romanista detentor de um doutorado e de uma habilitação, então com 34 anos de idade (nascido em 9 de outubro de 1881) e casado, se alistara como voluntário de guerra, e com isso comprovava seu patriotismo. Klemperer, filho de pai e mãe judeus, também demonstrara sua disposição à assimilação pela conversão ao protestantismo. De novembro de 1915 a março de 1916, servira na frente ocidental em Flandres. No outono de 1918, prestava em Vilna um serviço de guerra relativamente seguro no departamento de imprensa do Estado-Maior de “Ober Ost”, como era chamado o posto do comandante supremo das forças de combate alemãs no Leste.

Depois da conclusão do armistício em Compiègne, Klemperer logo encontrou uma maneira de rumar para oeste por trem. Primeiramente, fez uma parada de algumas semanas em Leipzig, onde morava sua mulher, Eva; então, em meados de dezembro de 1918, continuou a viagem por alguns dias até Munique, onde sua unidade de reserva, o 7º Regimento de Artilharia de Campo Príncipe Regente Leopoldo, estava estacionada. Para o suboficial Klemperer, era importante encerrar de modo formalmente correto seu serviço militar. Seus antigos camaradas souberam honrar sua conduta, não apenas emitindo sem maiores delongas os documentos de quitação necessários, como também lhe concedendo soldo, licença e cartões de racionamento.

Em 16 de dezembro de 1918, o Congresso dos Conselhos de Trabalhadores e Soldados do Reich se reuniu em Berlim a fim de, em debates que se estenderam por vários dias, definir os rumos do futuro político da Alemanha. Evidenciou-se que

a maioria dos conselhos de trabalhadores e soldados seguia o curso moderado dos social-democratas majoritários. O congresso dos conselhos do Reich exigiu a “destruição do militarismo”, o que significava em primeira linha a destituição dos oficiais de carreira que tinham sido socialmente dominantes e politicamente influentes no Império Alemão. Ademais, recusou a introdução do “sistema de conselhos puro” como alternativa ao sistema de governo parlamentarista e defendeu eleições para a Assembleia Nacional, que foram realizadas em 19 de janeiro de 1919. Concepções divergentes sobre as questões político-militares levaram, no final de dezembro de 1918, à saída dos representantes do USPD do governo dos comissários do povo. Eles foram substituídos por políticos social-democratas majoritários. A responsabilidade pelo Exército e pela Marinha foi entregue ao deputado do Reichstag Gustav Noske.

Já em janeiro de 1919, Noske se lançou com grande dureza contra manifestantes que demonstravam sua insatisfação com o curso tomado até então pela revolução; queriam que ela avançasse ainda mais e, para isso, estavam dispostos a pegar em armas. As agitações de janeiro em Berlim, que já na contrapropaganda contemporânea eram falsamente chamadas de “Levante de Espártaco”, foram reprimidas por Noske mediante uso da força militar. Nem naquele momento nem durante as agitações posteriores se cogitou seriamente ou se considerou possível uma solução policial do problema. Houve conflitos semelhantes a uma guerra civil. Eles começaram em janeiro de 1919 em Berlim e, nos meses seguintes, se repetiram em Bremen, depois outra vez em Berlim (agitações de março de 1919), na região do Ruhr, em Braunschweig, Magdeburg, nas províncias do Leste, em Württemberg e, por fim, em maio de 1919, também em Munique. Ao todo, cerca de 3 mil pessoas morreram nos combates dessa guerra civil.

A marca distintiva dos conflitos intrassociais da primeira metade de 1919 consistia em que todas as aspirações revolucionárias que iam além do caminho da democratização da Alemanha determinado pelo congresso dos conselhos do Reich foram sufocadas pelo governo dos comissários do povo mediante uso da violência militar. Como instrumento dessa política de força

estatal serviam os assim chamados *Freikorps*, cuja formação fora solicitada por Noske em janeiro de 1919. Os homens que atenderam a esse chamado eram em sua maioria ex-soldados profissionais com tendências antidemocráticas e contrarrevolucionárias que não encaravam a possibilidade de iniciar uma vida profissional civil. A repressão violenta do experimento dos conselhos em diversas regiões da Alemanha – sem uma sondagem prévia das possibilidades de negociação e desescalada – foi a marca negativa da “Era Noske”. Essa política da violência foi baseada na controversa afirmação de que a Alemanha tinha de ser protegida contra “o bolchevismo”. Não por acaso, militares do Exército Imperial designaram a fase em que a segunda onda revolucionária foi reprimida com violência como “pós-guerra”, deixando assim claro que, de seu ponto de vista, a guerra externa agora continuava a ser travada no interior da Alemanha. As eleições para a Assembleia Nacional em 19 de janeiro de 1919 deram a maioria a uma aliança entre o Partido Social-Democrata Majoritário (MSPD), o Partido de Centro Alemão (DZP), católico, e o Partido Democrático Alemão (DDP), que então recebeu o nome de “Coalizão de Weimar”. Seus deputados elegeram o político social-democrata e até então presidente do governo dos comissários do povo Friedrich Ebert como primeiro presidente da República. Ebert encarregou Philipp Scheidemann da formação do governo. Scheidemann se tornou o primeiro chanceler da República no governo formado em 13 de fevereiro de 1919. Na primeira metade de 1919, uma comissão sob a presidência do especialista em direito constitucional Hugo Preuss produziu um esboço da Constituição de Weimar. Ela foi promulgada em 31 de julho de 1919 pela Assembleia Nacional em Weimar.

O Tratado de Versalhes, redigido pelos vencedores sem a participação dos alemães, foi veementemente rejeitado pelo governo e pela maioria dos membros da Assembleia Nacional, que o classificaram como um “ditado” de paz. Em 12 de maio de 1919, Philipp Scheidemann pronunciou na Assembleia Nacional, em Berlim, a frase: “Que mão não deveria secar depois de colocar a si e a nós em tais grilhões?”. Depois de ter se exaltado assim na rejeição ao tratado, Scheidemann teve de

renunciar à chefia do governo quando se revelou impossível conseguir uma mudança em seus termos. Por fim, sob protestos dos políticos de direita, a maioria da Assembleia Nacional (257 votos contra 138) aprovou o tratado de paz. O opositorista USPD também deu seu voto favorável.

Os eventos políticos regionais que Victor Klemperer vivenciou de muito perto em Munique estão inseridos nesse contexto histórico maior. Ele fixou os acontecimentos e suas impressões num *Diário da revolução* e escreveu relatos sobre ela para o *Leipziger Neueste Nachrichten* [Últimas notícias de Leipzig], um jornal de tendência conservadora, contrarrevolucionária. Depois de ter obtido sua dispensa regular do serviço militar em meados de dezembro de 1918, ele iniciou os preparativos para o retorno à vida profissional civil, ou seja, à retomada de suas atividades como *Privatdozent*¹ de literatura francesa moderna na Universidade Ludwig-Maximilian. Diante da grave carência de moradias, foi especialmente difícil para ele e sua mulher encontrar uma residência adequada. Os Klemperer passaram em Leipzig o Natal de 1918 e o mês de janeiro de 1919; no fim daquele mês ele se mudou com sua mulher para Munique, onde ela pretendia continuar seus estudos de órgão. Provisoriamente o casal se instalou numa pensão. Uma vez que, na qualidade de *Privatdozent*, não tinha um salário fixo, Klemperer dependeu, no período de transição, do apoio financeiro de seu irmão.

De fato, Klemperer queria, em 1919, se concentrar inteiramente em seus assuntos privados. Mas naquela época de mudanças revolucionárias a política se impunha cada vez mais em sua vida, quisesse ele ou não. Os conselhos de trabalhadores e soldados ele já conhecia de Leipzig, sem, contudo, simpatizar com eles. Em comparação com a situação antes tranquila em Leipzig, ele encontrou na Munique de fevereiro de 1919 uma cidade tomada por uma situação de elevada tensão política que, contudo, não lhe pareceu nenhum prenúncio de conflitos

1 *Privatdozent* é o professor que concluiu sua habilitação e, portanto, está autorizado a lecionar em universidade, mas ainda não conquistou uma cátedra; não recebe remuneração do Estado.

violentos, mas antes um divertimento aprazível, um “carnaval político” com muitas bandeiras e flâmulas coloridas. Ele se perguntou o que, afinal de contas, se festejava em Munique – o fim da guerra ou a vitória da revolução?

Em Munique, a revolução já triunfara em 7 de novembro de 1918. Naquela noite o político Kurt Eisner, do USPD, proclamou, numa reunião dos conselhos de trabalhadores e soldados, o “Estado Livre da Baviera”, o que significava “livre” da monarquia, e declarou deposto o rei bávaro Ludwig III – o fim sem choro nem vela do domínio da dinastia dos Wittelsbach, que durara 738 anos. O Conselho de Trabalhadores e Soldados de Munique elegeu Eisner como o primeiro governador do Estado Livre. Como mais tarde no Reich, os social-democratas majoritários e os independentes já se aliavam na Baviera para um governo revolucionário comum. Esse governo permaneceu no posto pelo período de transição de cem dias, até o assassinato de Eisner em 21 de fevereiro de 1919.

Kurt Eisner era literato, jornalista e político. Trabalhara por muitos anos para o jornal social-democrata *Vorwärts* [Avante] e outros órgãos do partido, nos quais angariara boa reputação. Pouco depois de 1914, começou a alimentar dúvidas sobre a versão oficial da guerra defensiva. Reconhecia com clareza cada vez maior a culpa alemã pela guerra. A partir de 1915 tornou-se pacifista e em 1917 entrou para o recém-fundado Partido Social-Democrata Independente, no qual se reuniam os social-democratas inimigos da guerra. Em Munique e na Baviera, ele foi um dos cofundadores do USPD e se tornou o líder do partido.

Já no dia da proclamação do “Estado Livre da Baviera”, Eisner anunciou que pretendia convocar o mais rápido possível uma Assembleia Constituinte bávara. Conclamou a população a colaborar “para que a transformação inevitável aconteça de forma rápida, fácil e pacífica”. Seguindo sua convicção pacifista, proclamou: “Nesta época de assassinatos ferozes e absurdos, nós abominamos todo derramamento de sangue. Cada vida humana deve ser sagrada”.

Não houve transformações políticas profundas na breve Era Eisner. Os membros do MSPD em seu governo defendiam – de

modo análogo à política do MSPD no Reich – o ponto de vista de que só uma Assembleia Legislativa eleita livremente poderia decidir sobre o futuro formato do Estado Livre da Baviera e de que o gabinete Eisner era apenas uma instituição provisória. As eleições para a Assembleia Legislativa bávara ocorreram em 12 de janeiro de 1919. O Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) recebeu 33% dos votos; o Partido Popular da Baviera (BVP), conservador, que fizera uma campanha de difamação antissemita contra a “revolução judaico-bolchevista”, pôde comemorar seus 35% de votos. O partido do próprio Eisner, USPD, sofreu, com apenas 2,52% dos votos, uma drástica derrota.

Quando a Assembleia Legislativa bávara recém-eleita se reuniu em 21 de fevereiro de 1919, Eisner se dirigiu para lá a fim de apresentar sua renúncia ao cargo de governador. Mas isso não chegou a acontecer: no caminho para a Assembleia Legislativa ele foi morto a tiros pelo estudante de direito e tenente licenciado da infantaria conde Anton Arco auf Valley. O autor do atentado pertencia à atmosfera nebulosa da Sociedade Thule, populista, antissemita, antidemocrática e contrarrevolucionária.

Como resposta ao assassinato de seu chefe, o USPD convocou uma greve geral em Munique. O “Conselho Central da República da Baviera”, que fora instituído pelo congresso dos conselhos da Baviera, assumiu o governo provisoriamente. Quando Kurt Eisner foi sepultado, em 26 de fevereiro de 1919, um cortejo fúnebre de mais de 100 mil pessoas o teria acompanhado. Essa participação demonstrou mais uma vez o que Klemperer observara surpreso algumas semanas antes num comício eleitoral de Eisner: aquele “homenzinho delicado, pequenino, frágil, encurvado”, “cujas intenções honestas ninguém poderia negar”, era ovacionado pela “verdadeira” população de Munique – “trabalhadores, artesãos, pequenos comerciantes”.

Assim como o assassinato dos líderes espartaquistas Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht por oficiais de extrema direita da Divisão de Fuzileiros da Guarda de Cavalaria (GKSD) em 15 de janeiro de 1919 em Berlim, o assassinato do social-democrata Eisner também significou uma cesura para a evolução política da Baviera no período de transição revolucionária: com esse assassinato, a violência invadiu os conflitos entre as forças

revolucionárias e contrarrevolucionárias. A greve geral que se seguiu levou a uma revivificação e radicalização do movimento dos conselhos e, com isso, a um afastamento do princípio da não violência de Eisner. Klemperer observou com estranheza como em seu ambiente universitário não poucos estudantes e professores estilizavam o assassino Arco como herói patriótico.

Na fase posterior à morte de Eisner, o movimento dos conselhos, de orientação de esquerda radical e em clara posição de minoria, de um lado, e a Assembleia Legislativa bávara eleita, de outro, concorria pelo direito de formar o governo. Em 1º de março de 1919, o conselho central do movimento dos conselhos elegeu governador o social-democrata Martin Segitz, e em 17 de março a Assembleia Legislativa seguiu o exemplo com a eleição do membro do SPD Johannes Hoffmann. Quando ficou evidente que o governo Hoffmann não poderia resistir à pressão do movimento dos conselhos de Munique, ele se transferiu para Bamberg. Em Munique, os radicais de esquerda proclamaram, em 7 de abril de 1919, a República dos Conselhos. Seu governo foi conduzido de início por intelectuais pacifistas como Gustav Landauer, Erich Mühsam e Ernst Toller, que, contudo, depois de apenas uma semana foram enxotados pelos comunistas Eugen Leviné, Max Levien e Rudolf Egelhofer, que proclamaram uma segunda República dos Conselhos.

Esse desenvolvimento obrigou o governo em Berlim a entrar em ação. O ministro da Defesa, Noske, recebeu a incumbência de “limpar” Munique, se preciso por meio da violência. Embora o governador Hoffmann esperasse que fosse possível encontrar uma solução negociada, e embora também houvesse homens entre os governantes dos conselhos de esquerda radical que queriam a todo custo evitar um derramamento de sangue, a intervenção das forças do Reich, orientando-se totalmente pela lógica militar, seguiu seu curso. No início de maio de 1919, um contingente de cerca de 30 mil soldados dos *Freikorps*, formado por tropas da Prússia, da Baviera e de Württemberg, partiu em direção a Munique. É fato que o governo dos conselhos, de orientação comunista, tomou uma resolução ainda antes da marcha das tropas governamentais, determinando a total deposição das armas. Mas o violento confronto

já não podia ser evitado. Agora o “terror branco” dos *Freikorps* lutava contra o “terror vermelho” do pretensiosamente chamado “Exército Vermelho”. Imbuídos de uma imagem antibolchevista do inimigo, os soldados dos *Freikorps* se lançaram com violência brutal e, como Noske escreveu em suas memórias daquela época, tomados de um verdadeiro “êxtase sanguinário” contra os soldados do Exército Vermelho, que aos seus olhos eram “feras assassinas bolchevistas”. No combate desigual, estima-se que entre quinhentos e mil adeptos da República dos Conselhos perderam a vida nos primeiros dias de maio de 1919 em Munique. E isso a despeito do fato de que na conservadora Baviera o experimento regional dos conselhos em momento algum tivera a menor chance de se estabelecer.

Em Munique, Klemperer sempre retornava aos lugares dos violentos conflitos. E com espanto acompanhava a resistência ferrenha e heroica dos adeptos da República dos Conselhos às tropas governamentais, muito superiores. De modo surpreendente, registrou que a burguesia de Munique agora saudava com alegria até mesmo a chegada de tropas prussianas. Klemperer pôde observar a mudança das relações de poder também na conduta de indivíduos isolados, que sorratamente trocavam a braga vermelha por uma branca. Justo na fase mais candente do conflito, contudo, o contexto político mais amplo permaneceu um enigma para o memorialista, pois em Munique não se publicavam jornais que poderiam trazer informações sobre os acontecimentos no Reich.

Klemperer observou de uma proximidade imediata alguns dos principais atores do movimento dos conselhos e fixou suas impressões em retratos certos. Entre outros, ficamos conhecendo Kurt Eisner, Gustav Landauer e Max Levien, mas também o membro do DDP Ludwig Quidde, Karl Escherich, a quem ele confunde com o irmão Georg, que, em reação à República dos Conselhos de Munique, fundou uma organização paramilitar antirrepublicana, e o comandante de um *Freikorps*, Franz Ritter von Epp, que com sua legião de setecentos homens ajudou a esmagar a República dos Conselhos de Munique. Em cada fase dos acontecimentos, Klemperer tentava apreender a atmosfera política de Munique, que em

longos períodos era totalmente pacífica. Por causa da visível falta de profissionalismo político dos atores revolucionários e das aparições folclóricas de seus adeptos, Klemperer se viu a todo momento induzido a fazer comparações com a agitação do carnaval e com uma “comédia” em que nada era sério.

Quanto à sua própria posição política, Klemperer permaneceu oscilante durante todo o tempo da ruptura revolucionária. Ele abominava tanto os radicais de esquerda espartaquistas quanto os nacionalistas de direita. Enquanto isso, flertava com a direita moderada. Quando se viu chamado a votar nas eleições para a Assembleia Nacional de 19 de janeiro de 1919, ele – que anteriormente já havia votado no SPD – decidiu-se pelos liberais, ou mais precisamente pelo Partido Democrático Alemão (DDP), que se posicionava à esquerda do Partido Popular Alemão (DVP) de Gustav Stresemann. Com sua escolha, Klemperer queria apoiar a moderada Coalizão de Weimar.

Em suas anotações sobre os meses de ruptura revolucionária, ele relata também o dia a dia na Universidade de Munique. Sua atividade docente na academia representava naqueles tempos agitados um desafio especial, pois os estudantes eram em sua maioria ex-soldados da frente de batalha que tinham de ser ensinados num “seminário emergencial de guerra”. De um lado, tinham um desejo incomum de conhecimento; de outro, porém, perdiam rapidamente o interesse caso sentissem dúvidas sobre o sentido prático do que aprendiam. Quando o *Freikorps* contrarrevolucionário de Epp começou a recrutar voluntários, não foram poucos os que se alistaram.

Como homem de origens judaicas (de pai rabino e mãe também judia) que se convertera ao protestantismo, Klemperer se mostrou muito atento na observação das tendências antisemitas nos meses da revolução de 1918-1919. Não lhe passou despercebido que na burguesia muniquense, no Partido Popular da Baviera, entre os professores, entre os estudantes e os soldados dos *Freikorps* se manifestavam posições antisemitas que se voltavam contra os atores revolucionários. De fato, algumas personalidades do movimento dos conselhos de Munique eram de origem judaica, como o social-democrata Kurt Eisner e os políticos radicais e literatos Gustav Landauer, Max Levien,

Eugen Leviné, Erich Mühsam e Ernst Toller. Mas à contrarrevolução não interessavam os indivíduos, e sim que os atores do movimento dos conselhos bávaro fossem generalizadamente difamados como “porcos judeus”. Ao mesmo tempo, faziam dos judeus bodes expiatórios para todas as perversidades daquela época: a maquinação da Primeira Guerra Mundial, a derrota militar e, por fim, a revolução. Também de outro lado Klemperer foi atacado: certa vez uma sionista fanática lhe declarou que não se relacionava com judeus convertidos, esses “traidores”.

Na retrospectiva histórica, é importante reconhecer uma coisa: os nacionalistas e populistas alemães, que em 1918-1919 encarnavam a contrarrevolução, evitavam já naquela época a imagem inimiga do “bolchevismo judeu”, que em 1941 serviu de trilha sonora propagandista para a guerra do Exército alemão contra a União Soviética. Em Berlim, um oficial da Marinha Imperial de Guerra, o capitão de fragata Bogislaw von Selchow, registrou uma cena em 11 de novembro de 1918 da seguinte maneira: “Pela manhã, fui ao escritório da Marinha Imperial, sobre o qual tremulava a bandeira vermelha. Diante dele um judeu bolchevique à paisana com uma espingarda montava sentinela. Tudo parecia um sonho [...]”. Em Munique, o assassino de Eisner, conde Arco auf Valley, justificou seu crime: “Eisner é bolchevista, é judeu, não é alemão, não se sente alemão, mina qualquer pensamento e sentimento patriótico, é um traidor da pátria”. Klemperer observava esse antissemitismo agressivo no ano da revolução de 1919 em Munique com grande apreensão. Ainda não se sentia diretamente ameaçado, “mas oprimido e isolado”.

Ao fim sangrento do período socialista dos conselhos seguiu-se a contrarrevolução. Mais rapidamente ainda do que em outras partes do Reich, as forças conservadoras, reacionárias, nacionalistas e antissemitas se consolidaram. Nesse clima político surgiu também o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP).

No segundo semestre de 1919, depois da segunda onda revolucionária, a influência política da direita e dos militares se fortaleceu em todo o Reich. Essas forças não aceitavam nem a República, nem o governo, nem o Tratado de Versalhes.

Resistiam especialmente à implementação das medidas de desarmamento militar inscritas no tratado de paz. Esse desenvolvimento culminou, por fim, com um golpe militar contra a República em março de 1920, liderado pelo reacionário diretor-geral provincial Wolfgang Kapp e o oficial mais graduado do Reichswehr² Provisório, general Walther von Lüttwitz. Daí a denominação *putsch* Kapp-Lüttwitz.

O governo do Reich, liderado pelo social-democrata Gustav Bauer, teve de fugir de Berlim para Stuttgart. Gustav Noske, que havia perdido o comando político das forças armadas, teve de deixar o cargo de ministro da Defesa do Reich. Foi necessária uma greve geral convocada pelos sindicatos e pelos partidos de esquerda para impedir o golpe contra a República. Mas a direita nacionalista mostrara que não aceitaria a derrota na guerra, o “ditado” de paz de Versalhes, o desarmamento imposto e a democratização da política. Os inimigos da República planejavam a restauração e a revanche.

Klemperer, que juntamente com sua mulher, Eva, sobreviveu à Segunda Guerra Mundial numa assim chamada *Judenhaus* [“casa de judeus”] em Dresden e, com seus diários, se tornou um dos mais importantes cronistas da Alemanha nazista, já havia previsto no final de abril de 1919 em seu relato sobre os combatentes de rua “esquerdistas” as consequências do desenvolvimento político e da radicalização de um modo que, contra o pano de fundo da calamidade vindoura, nos parece clarividente, se não profético: “[...] se até agora eles ainda não cometeram nenhum assassinato e ainda não reduziram Munique a cinzas, não deixaram, por outro lado, de fazer todo o resto que poderia levar uma multidão desenfreada a se desacostumar do sentimento de justiça uma e conduzi-la, passo a passo, aos piores crimes. Prisões arbitrárias, tomadas de reféns, inspeções domiciliares que degeneravam em saques comuns e sempre, sempre novas incitações da mais nefasta, sangrenta e perversa espécie contra a burguesia tornada indefesa, espoliada de qualquer direito, de todo atemorizada”.

2 Conjunto das forças armadas da Alemanha de 1919 a 1935.

No Terceiro Reich ele se via como um “historiador cultural da catástrofe”. Cumpriu a constante exigência que fazia a si mesmo — “observar, anotar, estudar” — com notas minuciosas sobre o dia a dia da perseguição aos judeus. Neste diário da revolução, nós vivenciamos como o jovem Klemperer assume pela primeira vez esse dever e com isso se dá conta de que a política a tudo antecede: “Ela não permitia que a esquecêssemos em lugar algum, penetrava e predominava em toda parte”. Nascia um cronista.

O motivo inicial que levou Klemperer a Munique foi sua ainda incerta carreira acadêmica. Contra suas expectativas, já em 1920 ele recebeu um chamado para a Escola Superior Técnica de Dresden, na qual ensinou como professor efetivo até ser aposentado compulsoriamente pelos nazistas em 1935. Ainda em 1942, escrevia: “Assim, se o Terceiro Reich não me tivesse tirado nada além da possibilidade de lecionar, ele já teria me tornado pobre o bastante”. Em 1945, depois do fim do regime de terror, Victor Klemperer foi reabilitado e permaneceu ligado à ciência por toda a sua vida.

WOLFRAM WETTE é historiador militar e professor da Universidade de Freiburg. É autor de mais de quarenta livros, entre eles uma biografia de Gustav Noske e *Die Wehrmacht. Feindbilder, Vernichtungskrieg, Legenden* (2002), sobre os crimes de guerra perpetrados pelas forças armadas alemãs durante a Segunda Guerra Mundial.

Prefácio

CHRISTOPHER CLARK

A onda de tumultos políticos e revoluções que se alastrou pela Alemanha ao final da Primeira Guerra Mundial é um dos episódios-chave do século XX. Uma sociedade marcada pela guerra e pela derrota foi mais uma vez abalada em seus fundamentos. O surgimento de uma esquerda comunista nos moldes do modelo soviético, de um lado, e de associações contrarrevolucionárias fortemente armadas da direita radical, de outro, provocou uma drástica polarização política. A escalada retórica logo se transformou em violência. Tropas de *Freikorps* e espartaquistas combateram-se ferrenhamente.

Em nenhum outro lugar a ampliação do espectro político tradicional se pôde sentir de forma mais dramática do que em Munique. Em 7 de novembro de 1918, o rei bávaro foi o primeiro monarca alemão a ser deposto. O Exército passou para o lado dos revolucionários, o rei partiu para o exílio. Depois do assassinato do governador Kurt Eisner (USPD) em 21 de fevereiro de 1919, as lutas pelo poder se tornaram mais agudas entre socialistas de esquerda e moderados. O novo governo de Johannes Hoffmann (SPD) foi deposto e substituído por uma República dos Conselhos influenciada de início por intelectuais pacifistas e anarquistas. Contudo, nem uma semana depois os comunistas, sob a liderança de Eugen Leviné, tomaram o poder. O gabinete Hoffmann, que nesse meio-tempo se refugiara no exílio, pediu socorro ao governo de Berlim. Em meados de abril, tropas do Exército Imperial e de *Freikorps* avançaram contra os revolucionários bávaros. Seguiu-se uma

brutal derrubada da República dos Conselhos, durante a qual estima-se que 2 mil seguidores – alguns apenas suspeitos de o serem – foram assassinados, legalmente executados ou condenados a penas de prisão.

Victor Klemperer nos conduz através dos tumultos desses dias agitados de Munique com empatia, sensibilidade e olhar aguçado. Neste volume estão reunidos relatos da época feitos para o *Leipziger Neueste Nachrichten*, dos quais apenas alguns fragmentos foram então publicados, assim como passagens correspondentes de um livro de memórias posterior, cuja redação teve de ser interrompida em 1942. Graças aos seus diários da época do Terceiro Reich publicados em 1995 pela editora Aufbau, Klemperer é uma das testemunhas oculares mais lidas do século XX. O juízo agudo, o olhar atento para detalhes significativos e o talento literário revelado por aquela crônica épica encontram-se nas anotações do jovem romanista muniquense, preocupado com seu futuro como acadêmico.

Aqui Klemperer descreve o avanço das tropas durante a dizimação da República dos Conselhos na capital bávara no início de maio de 1919:

[...] hoje até o fim da tarde, quando escrevo estas linhas, uma estrepitosa batalha literalmente dá livre curso à sua fúria. Toda uma esquadrilha de aviões cruza o céu de Munique, orientando o fogo, sendo ela própria alvejada, lançando sinalizadores; minas e granadas explodem ora mais longe, ora mais perto, mas incessantemente, fazendo tremer as casas; uma chuva torrencial de tiros de metralhadoras se segue às explosões e no meio de tudo isso pipoca o fogo da infantaria. Ao mesmo tempo, mais e mais tropas avançam pela Ludwigstrasse a pé, sobre rodas, a cavalo, trazendo morteiros, canhões, carros de provisões, cozinhas de campanha, por vezes acompanhadas de música; um batalhão de paramédicos estacionou junto ao Siegestor, e por todas as ruas se espalham patrulhas numerosas e divisões de diversas armas, em todos os cantos onde a gente pode se esconder e, ainda assim, observar, o público se ajunta, muitas vezes com o binóculo de ópera na mão.

A vista do leitor se volta dinamicamente dos aviões no céu para a massa das tropas no solo; seu olhar desliza sobre a variedade de armas, pessoas e veículos para, em seguida, se deter sobre os grupos de espectadores que observam tudo através de binóculos de teatro, como se fosse um espetáculo. Klemperer sabe comunicar de modo impressionante a teatralidade dos acontecimentos políticos, o componente de encenação. Vê aí, de fato, um traço essencial da revolução muniquense. “Em outras revoluções, em outros tempos, em outros lugares”, escreve ele no início de fevereiro de 1919, “os líderes emergem da rua, das fábricas, das redações e dos escritórios de advocacia. Em Munique, um grande número deles se originou da boêmia”. Sob tais circunstâncias a política não parece uma profissão, e sim um palco no qual se representam sonhos (e pesadelos). “Eu sou um visionário, um entusiasta, um poeta”, grita o governador Kurt Eisner para uma grande assembleia reunida no hotel Trefler. Klemperer observa, para seu grande espanto, como Eisner, que se apresenta diante de seus olhos na figura de um “homenzinho delicado, pequenino, frágil, encurvado”, colhe com essas palavras aplausos ruidosos do público muniquense, e tira daí a conclusão de que os cidadãos de Munique não estão primordialmente interessados em política, e sim em entretenimento.

Inédita neste volume é a sobreposição de duas camadas temporais: o relato contemporâneo aos acontecimentos de Munique é complementado por passagens retrospectivas das memórias de Klemperer. As vivências de Munique são, assim, apresentadas em seu contexto biográfico e histórico. Disso resulta um considerável aprofundamento da reflexão: aquilo que na primavera de 1919 o jovem observador contemporâneo julga ridículo na revolução de Munique surge mais tarde aos olhos do judeu perseguido na Dresden nacional-socialista sob uma luz antes trágica. Ao visitar os acontecimentos, Klemperer reconhece a virulência crescente do antissemitismo que germina na Alemanha do pós-guerra. “Não quero exagerar: havia então em Munique um bom número de docentes e estudantes que rejeitavam totalmente essa hostilidade inflamada contra os judeus, e durante todo aquele período em Munique,

eu, pessoalmente, jamais sofri com o antissemitismo, mas me sentia, sim, oprimido e isolado por causa dele.” Com este volume, oferece-se ao público uma leitura indispensável.

Maio de 2015

CHRISTOPHER CLARK é historiador, professor da Universidade de Cambridge desde 1987. Nasceu na Austrália em 1960 e hoje vive entre a Inglaterra e a Alemanha. É autor de *Os sonâmbulos: como eclodiu a Primeira Guerra Mundial*.

Sobre esta edição

Este livro se constitui de duas partes. A primeira, “É para rir e chorar ao mesmo tempo”, foi redigida por Victor Klemperer em 1942, quando preparava as suas memórias, reconstituindo, retrospectivamente, na forma de um diário, os acontecimentos que presenciou durante a revolução de 1919 em Munique. Esses textos, no entanto, permaneceram inéditos: eles não foram incluídos em *Curriculum vitae. Erinnerungen 1881-1918* [Curriculum vitae. Memórias 1881-1919] (1989); originalmente deveriam ser parte de um capítulo maior (“*Privatdozent*”) que não chegou a ser escrito, pois Klemperer teve de interromper abruptamente o trabalho em 1942 – o perigo de que o manuscrito fosse descoberto pela Gestapo se tornara grande demais.

A segunda parte, “Diário da revolução”, também é constituída majoritariamente por material inédito. Trata-se dos relatos desse período revolucionário escritos por Klemperer, sob o pseudônimo de “correspondente A. B.” (Antibavaricus), no calor da hora, para serem publicados no jornal *Leipziger Neueste Nachrichten*. Apenas um terço desses textos saiu no periódico de Leipzig – em meio aos tumultos revolucionários, com as vias postais obstruídas, o restante só chegou muito tarde ao destino – ou nem isso. O presente volume traz o conjunto desses relatos, que o autor reuniu sob o título *Diário da revolução*, e foi publicado na Alemanha apenas quase um século depois dos acontecimentos.

Esta tradução baseou-se na edição da Aufbau (Berlim, 2015), que seguiu os manuscritos e artigos de jornal impressos preservados na Biblioteca Estadual da Saxônia – Biblioteca Estadual

e Universitária de Dresden (SLUB). Serviram de base para a primeira parte, “É para rir e chorar ao mesmo tempo”, o original manuscrito de 1942 e a cópia datilografada feita por Hadwig Klemperer durante os trabalhos para *Curriculum vitae. Erinnerungen 1881-1918* (2 vols. Berlim: Rütten & Loening, 1989).

Serviram de base para os relatos contemporâneos publicados no *Leipziger Neueste Nachrichten* os exemplares impressos do jornal de 11 de fevereiro de 1919 (“Política e boêmia”), 12 de fevereiro de 1919 (edição vespertina; “Duas cerimônias em Munique”), 24 de fevereiro de 1919 (edição vespertina; “Munique depois do assassinato de Eisner”), 11 de abril de 1919 (“Os acontecimentos na Universidade de Munique”) e 10 de abril de 1919 (edição vespertina; “A terceira revolução na Baviera”). Serviu de base para o assim chamado “Diário da revolução” de Klemperer (inclusive “Tragicomédia muniqueense”) o original manuscrito de 1919-1920. Contém também outros artigos para o *Leipziger Neueste Nachrichten* que Klemplerer acreditou que não chegariam mais a tempo ao jornal.

Todos os textos de 1919 foram reproduzidos na íntegra. A fim de evitar repetições desnecessárias, o texto de 1942 foi abreviado nas poucas passagens (indicadas por [...]) nas quais Klemperer incluiu trechos diretamente extraídos dos relatos contemporâneos aos eventos.

Munique 1919 **Diário da revolução**

É para rir e chorar ao mesmo tempo

Parte I
É para rir e chorar ao mesmo tempo (1942)

Revolução

[NOVEMBRO DE 1918]

Dormi sem ser perturbado até de manhã cedo, quando chegamos à fronteira alemã. Dali em diante tive durante o dia toda companhia variável e variada. Civis, soldados de diversas divisões, marinheiros. Todos, claro, falavam da revolução e, de todas as narrativas, pude deduzir que ela não se desenrolara em toda parte de modo tão pacífico como em Leipzig e Vilna; a maioria também pensava que os verdadeiros tumultos ainda estavam por vir, que o grupo Espártaco de modo algum se daria por satisfeito sem luta. Seis marinheiros afirmaram ter informações seguras de que alguma coisa estava para acontecer no dia seguinte em Berlim. Falei-lhes de minha intenção de pernoitar lá, em parte para visitar meus parentes, em parte para não privar minha mulher do sono. “É melhor passar reto”, disseram-me, “quem sabe se amanhã o senhor ainda conseguirá pegar um trem”. Assim, passei diretamente da estação Friedrichstrasse para a Anhalter; um velho carregador muito falante levou minha bagagem para o bonde na Dorotheenstrasse e me mostrou casas de onde haviam partido tiros. “Eu estava transportando uma carga bem na hora em que uma metralhadora começou a disparar. Me escondi no corredor de uma casa, e logo começaram a atirar também do outro lado, um monte de gente saltou do bonde e veio correndo para dentro, foi um aperto. Depois arrastaram três oficiais e um rapaz da

*Jugendwehr*¹ para fora, os encostaram no muro e depois os jogaram no Spree.”

Eu tinha tomado a decisão óbvia de, após uma estada muito breve, seguir viagem de Leipzig e me apresentar ao regimento de Munique. Naquela instrutiva viagem aprendi também que não era mais de modo algum óbvio para um soldado seguir para o destino que lhe fora determinado; uma vez que escapulisse dos domínios de sua companhia ou bateria, ele podia ir para qualquer lugar e, caso não tivesse pretensões a soldo ou butim, considerar-se dispensado – pois que repartição iria querer pescar um indivíduo no meio do caos generalizado? Ambos fomos a contragosto para Munique e chegamos bastante cedo para o início do semestre; por outro lado, eu queria ter os meus papéis do serviço militar em ordem: assim, tentaria obter minha dispensa de Leipzig. Alegaria que alguns interesses fundamentais, familiares e profissionais, me prendiam por algum tempo em Leipzig. Mas, de início, pareceu que não ia dar certo. No comando da estação ferroviária e no comando-geral, aos quais me dirigi um depois do outro, encontrei a mesma situação. Uniformes cinza se apinhavam num bolo ao redor da mesa de soldados comuns com braçadeiras vermelhas. Os soldados escreviam sem parar, e de vez em quando, sem levantar os olhos ou pousar a pena, mandavam que nos afastássemos e xingavam, xingavam e mandavam que nos afastássemos. Claro que os que formavam o bolo ao redor da mesa respondiam com outros xingamentos, era um espetáculo incessante. “Eles não fazem outra coisa”, disse-me um dos que tinham sido expulsos, “a não ser emitir passagens para as tropas de reserva e negar férias em casa. Prestaram juramento para esse sim-e-não, e outra coisa não se pode conseguir deles. Não existem casos excepcionais”. Fui embora resignado. Então, na escada, um cabo veio ao meu encontro, um homem mais velho, em quem se podia reconhecer um intelectual. Ele devia ocupar algum posto na administração revolucionária, pois também tinha uma braçadeira

1 Tropas juvenis; organizações para formação pré-militar surgidas no período imperial, nos anos 1890, que tiveram grande incremento durante a Primeira Guerra Mundial.

vermelha. “Camarada”, eu disse, “lá dentro não se pode fazer nada, eles só conhecem o próprio esquema – o senhor não poderia me ajudar?”. E expliquei-lhe brevemente o que procurava ali. “É possível”, respondeu ele. “Faça um requerimento por escrito ao Ministério da Guerra da Baviera e o traga para mim à tarde na seção de informações da estação. Cabo Hermann.” Lá, então, ele escreveu na parte de baixo do meu requerimento: “O Conselho de Trabalhadores e Soldados de Leipzig solicita providenciar o mais breve possível”. Carimbou a petição e o envelope, carimbou também meu bilhete de passagem e nele me concedeu cupons de alimentação “até segunda ordem”.

Agora, por algumas semanas, eu podia viver à maneira antiga e no meu círculo antigo, mas melhor do que antes! A guerra chegara ao fim, eu estava verdadeiramente livre para meu trabalho, e meu trabalho tinha um objetivo seguro, pois, ainda que eu depositasse poucas esperanças de futuro em meu cargo de docente em Munique, ele ao menos era meu com certeza e não podia me escapar por entre os dedos como a cátedra em Gante.² E a revolução não poderia me perturbar. Eu não queria senão trabalhar, nada a não ser trabalhar, colocar a *Astrée*³ em segurança, preparar um grande curso de história literária. De modo geral, eu conseguiria fazer isso, mas a revolução não podia ser de fato abolida, estava sempre lá, da manhã à noite. Pela manhã, o barbeiro me contou quantas espingardas ele comprara, a 10 marcos cada uma, de soldados que se desarmavam por iniciativa própria, e como passava adiante essas armas pelo dobro do preço. À noite fui a uma conferência na Associação de Filologia Moderna. Becker, ainda muito amigável, me convidara pessoalmente. Fui de uniforme, afinal não havia mais saudação obrigatória nem toque de recolher, e as roupas civis tinham de ser poupadas. Na escadaria, um estudante veio ao meu encontro todo agitado, perguntando-me se eu era membro

2 Em julho de 1918, Klemperer fora chamado a assumir um posto de professor na Universidade Flamenga de Gante (“docência durante o tempo em que durar a guerra”), mas o Ministério da Guerra da Baviera se recusou a liberá-lo do serviço militar.

3 Referência a *L’Astrée* (1607-1627), de Honoré d’Urfé (1567-1625). Klemperer trabalhava em uma monografia sobre esse romance pastoril francês.

do Conselho de Soldados, se queria me convencer de que o evento era inofensivo. Uma hora antes a conferência havia sido proibida, o acesso ao seminário interdito pelos militares, e só depois de súplicas telefônicas a medida equivocada fora suspensa. O Conselho de Soldados farejara uma reunião contrarrevolucionária, poucos dias antes houvera um confronto por causa do hasteamento da bandeira vermelha na universidade e o reitor renunciara. Mais tarde, num francês que lhe saía mais fluente dos lábios que o alemão, diante de um pequeno grupo de estudantes e professores, Becker fez um comentário totalmente apolítico sobre três poemas simbólicos de Victor Hugo. Naquela ocasião, aliás, ouvi falar pela primeira vez da situação acadêmica em Dresden, que me era de todo desconhecida. Para sua palestra, Becker mandou distribuir uma folha com os três poemas de Victor Hugo, como se fossem os textos do programa de um concerto de canções. Os folhetos haviam sido impressos originalmente para um curso de férias em Dresden, cancelado por causa da guerra. Havia na cidade uma Escola Técnica Superior com todas as ambições filosófico-literárias possíveis, entre elas até mesmo a de uma verdadeira cátedra de filologia românica. O ocupante dessa cátedra, Heiss, fora enviado para Dorpat durante a guerra, incumbido de algum cargo administrativo, e Becker o substituíra em Dresden. Esses pequenos lembretes da revolução, como o comércio de espingardas do barbeiro e a suspeição da Associação de Filologia Moderna, se repetiam dia após dia, e, da leitura dos jornais, bem como das conversas com Harms e Kopke, concluí que as tensões aumentavam por toda a Alemanha e que, assim como em Leipzig, em toda parte devíamos considerar a possibilidade da eclosão de uma guerra civil a qualquer momento. Mas Harms e Kopke observavam a situação com muita frieza, como que movidos por puro interesse profissional, e Hans Scherner, o eterno apolítico, estava totalmente ocupado com seus trabalhos escolares para o exame final do secundário, o *Abitur*, e minha mulher, em cada hora que lhe era dado passar em Leipzig, pensava apaixonadamente em seus estudos de órgão; assim, eu também reprimia todas as emoções e distrações e me concentrava com tanto mais afincado na preparação de minhas atividades

docentes, uma vez que agora se começava a falar em cursos especiais para os estudantes que retornavam da frente de batalha. Fui uma única vez a uma assembleia política, queria conhecer os ativistas mais radicais. A Liga Espartaquista se reunia no Coburger Hallen, um local bastante deplorável em Brühl. A julgar pelos quadros nas paredes, o recinto comprido, enfumaçado, havia sido outrora a sala de reuniões de uma associação de ferroviários; acima de várias fotografias em grupo de maquinistas e condutores havia um grande retrato a óleo do imperador Guilherme com seu capacete de couraceiro e seu bigode Haby⁴. Em duas mesas compridas se sentavam cerca de 250 pessoas espremidas, fumando e bebendo cerveja, em sua maioria homens de idades variadas, sendo a parte mais significativa, provavelmente, formada por trabalhadores. A cena era tão completamente pacífica que ainda poderia ser a reunião regular dos ferroviários ou a conferência de uma associação dos criadores de coelho ou dos jardineiros ornamentais. O tom objetivo do palestrante também colaborava para essa suposição, desde que só se prestasse atenção ao som das frases longas e cuidadosamente construídas. Tanto mais forte foi o efeito de seu conteúdo sobre mim. O orador, um homem robusto de uniforme cinza, já entrado nos 40 anos, originário da Prússia Oriental, a julgar pelo sotaque, demonstrava aos seus ouvintes silenciosos a necessidade da guerra civil, do mesmo modo que um professor resolve uma equação matemática na escola. “Nós somos os pobres”, dizia, “e os iletrados. A revolução não nos ajudou em nada, dela surgiu uma república burguesa, os governantes socialistas nos traíram, são no mínimo tão hostis a nós quanto os outros partidos de direita. A imprensa pertence aos proprietários e aos instruídos, sob a liberdade geral de imprensa só nós não somos livres. Os proprietários e instruídos formarão a maioria na planejada Assembleia Nacional, nela nós estaremos em minoria e teremos tão pouca influência quanto agora na imprensa. Não há nenhuma liberdade geral que possa nos ajudar, pelo menos por enquanto não há. Temos de impedir a efetivação

4 Arranjo de bigode com as pontas voltadas para cima, criado pelo barbeiro da corte François Haby (1861-1938).

da Assembleia Nacional, precisamos ter toda a imprensa em nossas mãos, e apenas em nossas mãos, precisamos edificar e manter de pé a ditadura do proletariado, até que toda propriedade seja estatizada e a instrução que nos negaram seja nossa. Isso só se pode alcançar com violência. E por que não deveríamos empregar a violência? Tanto sangue correu pela causa do capitalismo, por que não se deveria também sangrar um pouco pela causa do proletariado?”. O público assentia, gritava “bravo!”, aplaudia, tudo com seriedade, com convicção e sem entusiasmo excessivo. Um segundo orador, desta vez um civil, sem dúvida um mestre operário de Leipzig, começou a parafrasear a exposição do prussiano oriental. Pensei: “Que deplorável desperdício de tempo”, e fui embora. Nenhum laço de simpatia me ligava minimamente àquelas pessoas. Eu esperava que o governo lograsse mantê-las sob controle sem derramamento de sangue. Mas, se não pudesse ser sem violência, então tínhamos de esperar que o governo fosse forte o suficiente para se afirmar e realizar as eleições para a Assembleia Nacional. Aquilo que o espartaquista depreciara desdenhosamente como liberdade burguesa era para mim o epítome do bem político e tinha de atender às necessidades de todos, inclusive do trabalhador proletário – e a liberdade só poderia se irradiar para um povo inteiro a partir do centro. Talvez a revolução tivesse acontecido num momento impróprio, mas eu aprovava os princípios do novo governo de todo o coração (assim como ainda hoje⁵ amo a Constituição de Weimar). Se guardava alguma compreensão para os inimigos da República, ela só dizia respeito à oposição de direita. Tínhamos de suportar tanta coisa terrível por parte dos inimigos; talvez sem a revolução não tivéssemos sido entregues tão inermes à mercê deles. Não se poderia tê-la evitado sem o colapso interno? “Em Aachen (ou em Jülich)”, anotei, “um comandante belga determinou, sob pena de execução sumária, que os civis alemães deviam prestar honras aos oficiais das tropas de ocupação dando-lhes passagem nas calçadas e tirando o chapéu. É certo que, no verão, Beyerlein me contou que nós fizemos exatamente o mesmo na Romênia,

5 Este texto foi escrito em janeiro de 1942.

e hoje Kopke me disse: também na Polônia – mas pensar nessa humilhação me deixa doente”. Contudo, se simpatizava um pouquinho com a oposição de direita, era por presumir que ela não representava perigo para a nova forma de organização estatal. Ela iria formar – eu pensava – a ala direita da Assembleia Nacional, mas não se lançar à demolição da República. Não era difícil, porém, pôr de lado todos esses pensamentos e me entregar inteiramente à literatura francesa pré-clássica e clássica: apesar de todos os editoriais e assembleias, Leipzig estava imersa em profunda paz, e no café Merkur o farfalhar das folhas de jornais se misturava ao estalar das cartas de *Skat*⁶. Mas é verdade que minha entrega não me libertava totalmente da atualidade. “A crueldade dos franceses!”, diz outra entrada no diário daqueles dias. “Como é possível que um mesmo e único povo revele tanta sede cruel de vingança e baixaza e produza uma literatura tão gloriosamente humana?” E com isso estava posta a questão a partir da qual meu programa de história literária e – a expressão ainda era desconhecida para mim, e até hoje ainda não sei quando e por quem foi utilizada pela primeira vez – *Kulturkunde*⁷ deveria se desenvolver nos próximos anos.

[DEZEMBRO DE 1918]

Em meados de dezembro fui – sozinho e pelo menor espaço de tempo possível – para Munique. Havia quatro pontos em meu programa de viagem; um quinto, não previsto, se revelou depois como o mais significativo. Na viagem de ida aconteceu pela primeira vez o que viria a ser minha principal recordação de todas as viagens durante o período revolucionário: eu não conseguia encontrar um modo de embarcar no trem superlotado pela porta comum e pelos corredores apinhados de gente, mas

6 Jogo de cartas popular na Alemanha.

7 “Estudo da cultura ou civilização”, forma de abordagem seguida por Klemperer também depois da Primeira Guerra Mundial, que deduzia da língua e da literatura, no sentido da etnopsicologia, os traços característicos atemporais dos povos.

sempre havia alguns camaradas em uniforme ou à paisana que me içavam para dentro ou me puxavam para fora através de uma janela. Da primeira vez, na noite de 10 de dezembro em Leipzig, essa operação foi realizada da maneira mais enérgica e adequada ao estilo da revolução: com um grito de “pra cima!” e um único tranco, dois marinheiros me puxaram para dentro do vagão. Das muitas e variadas cenas a que assisti durante o longo percurso cheio de atrasos, duas ficaram gravadas na minha memória. Um velho reservista saxão defendeu num tom lamentoso a opinião de que a Alemanha sofria a miséria da revolução para pagar seus pecados. Contestou-o rindo um jovem hamburguês petulante, a figura mais caricatural de um revolucionário que já me apareceu pela frente. A juba loura desgredada lhe caía sobre os olhos que chispavam de ousadia, em seu pescoço se arreganhava uma cicatriz vermelha, que tanto podia ter sido adquirida numa briga nas docas de sua cidade natal quanto na frente de batalha. Na manga do uniforme havia uma faixa vermelha, e pelo peito lhe descia uma gravata de mais de um palmo de largura cuja ponta chegava abaixo do cinto. O jovem disse que a revolução era uma felicidade e uma redenção. Ele mesmo fazia agora uma viagem de estudos pela Alemanha, para ver onde é que ela avançava com maior pujança. Gabou-se de ir a toda parte de graça, sempre havia um Conselho de Soldados que lhe dava passagem, alojamento e alimentação. A outra cena se desenrolou já em solo bávaro na manhã seguinte e parecia saída de uma comédia do período pré-naturalista. Um tio suábio de barbas brancas tinha ido buscar duas sobrinhas no pensionato e as levava para casa. Ele queria tomar conta das meninas, mas também tinha de vigiar as bagagens amontoadas no toalete. As mocinhas travessas aproveitaram sua ausência para fazer amizade com alguns soldados alegres, que lhes deram cigarros e fogo. As meninas riam, fumavam e tossiam, os soldados caçoavam, o velho suplicava e xingava, desaparecia no meio de uma frase, temendo pelas bagagens, depois voltava agitado e tornava a rogar e a repreender. Munique, aonde cheguei no dia seguinte ao meio-dia com três horas de atraso, oferecia a imagem mais surpreendente. Quantas vezes, no diário dos últimos anos, eu não comparara a vida

efervescente de Leipzig com a sonolência pequeno-burguesa de Munique? Mas agora! Se tivesse o direito à incoerência, eu escreveria que agora as coisas haviam se invertido completamente: em Leipzig reinava uma tranquilidade sóbria, em Munique, ao primeiro olhar, nos deparávamos com o extraordinário, com o romantismo colorido e apaixonado. A cidade estava ricamente enfeitada com bandeiras multicoloridas. O azul-e-branco bávaro predominava, o preto e amarelo, cores oficiais de Munique, e o preto-vermelho-dourado da Grande Alemanha e da República não eram raros e estavam mais ou menos em pé de igualdade, o vermelho revolucionário só tremulava isoladamente, mas em pontos importantes da cidade, como a Residência⁸ e o Ministério da Guerra. Não ficou claro para mim se o motivo dessa riqueza de bandeiras (na qual só faltava o antigo preto-branco-vermelho imperial) eram os regimentos que voltavam da frente de batalha ou a alegria pela rápida vitória da revolução. Dois obeliscos diante do Feldherrnhalle⁹ enfeitados com ramos de pinheiro e a inscrição “1914-1918” aludiam ao retorno das tropas; a revolução era lembrada pelas muitas bancas de jornais e pelos vendedores de panfletos, e também pelas proclamações afixadas nos muros e os cartazes nas colunas de propaganda. Justamente ali onde antes se afixavam os comunicados militares estava agora pregada uma proclamação que ameaçava com o “uso implacável de armas de fogo” contra todos os perturbadores da ordem “de direita ou de esquerda”, e nas colunas de propaganda se interpunha em formato gigantesco entre os demais anúncios um apelo à população para impedir, em virtude da falta de combustível, os “passeios insensatos com senhoras nos automóveis do Exército”. Mas o essencial em si não era a grande quantidade de jornais, panfletos e cartazes, e sim o fato de que toda essa literatura encontrava um público alvoroçado. Em toda parte, nas colunas, muros e bancas de jornais, e no meio da rua ao redor de um pregoeiro, os grupos se

8 Palácio, no centro de Munique, que serviu de residência para os duques, eleitores e reis da Baviera.

9 Galeria dos Marechais, monumento ao Exército da Baviera localizado no centro velho de Munique.

reuniam em pencas; no miolo deles se discutia, de suas bordas as cabeças se esticavam em direção ao miolo. Nos meses seguintes, esses agrupamentos de gente em penca se tornaram um sinal familiar e seguro e sempre me faziam lembrar o borbulhar do leite fervente que precede em alguns segundos seu transbordamento; quando surgiam aqueles grupinhos redondos, eu sabia exatamente que, com toda a segurança, podíamos esperar para no máximo as próximas 24 horas uma greve dos motoneiros, quase com certeza uma greve geral e muito provavelmente um tiroteio. Naquele dezembro o fenômeno era inteiramente novo para mim, e naquele tempo também ocorria – e isso só mudou depois do assassinato de Eisner – sem nenhuma virulência venenosa. As pessoas pareciam apenas contentes e excitadas de uma forma inofensiva, era uma diversão, um carnaval político. O contentamento do público se evidenciava para mim sobretudo nos muitos homens em uniforme cinza, que se diferenciavam diametralmente de seus camaradas saxões. Traziam o quepe de campanha provocadoramente de través, tinham adornos vermelhos e azuis nos ombros e no peito, sob a forma de laços, faixas e florezinhas, levavam bastões de reservistas com longas fitas em todas as cores. (Apenas a combinação preto-branco-vermelho era de todo evitada, assim como também nos quepes de campanha faltava o laço imperial, restando apenas o bávaro.) O mais divertido era ver uma longa fila de soldados rasos junto à banca de um engraxate. Oh, como o *Schnigge*¹⁰ se atormentava por causa do brilho das botas! Eu acho que ele sentia com maior orgulho a vitória da revolução e a liberdade conquistada quando punha o pé no apoio e deixava que o servissem. Entre os poemas italianos de Paul Heyse há o belíssimo “soneto de uma bota” no qual ele mostra a *grandezza* com que um pobre-diabo manda polir o calçado em plena rua. “Quem tem um *soldo*”, assim dizem, mais ou menos, os versos finais, “pode mandar engraxar as botas, e quem

10 Gíria da Baviera para um soldado de infantaria.

pode mandar engraxá-las é um *signore*”.¹¹ Eu critiquei tantas vezes a falsa *italianità* do Feldherrnhalle e da Ludwigstrasse, e tantas vezes as barrigas de cerveja e os corações de cerveja dos pequeno-burgueses de Munique. Talvez tenha sido um pouquinho injusto com eles, talvez tenham um componente italiano dentro deles, que dorme anos a fio sob uma almofada de banha e de repente arrebenta, ora para o bem, ora para o mal, de um modo ora cômico, ora trágico. E ainda outra coisa diferenciava a face urbana de Munique da de Leipzig e intensificava as tintas carnavalescas. Em Leipzig, os únicos soldados estrangeiros que encontrávamos eram grupos ocasionais de prisioneiros russos que tinham um aspecto miserável, humilde e muito insignificante. Em Munique flanavam militares franceses bem-vestidos. Eram uns sujeitos finos em uniformes finos, oficiais, sargentos escreventes, recrutas de alguma comissão; suas calças vermelhas brilhavam, suas jaquetas azul-cinzentas e seus sobretudos eram de corte impecável, o barrete macio de veludo do caçador dos Alpes tinha uma aparência ousada e não tão proletária quanto o quepe atravessado do *Schnigge*. Essa gente claramente irradiava vitória, mas não parecia vingativa, nem mesmo arrogante, apenas contente e satisfeita com sua acolhida. E isso por um bom motivo evidente, por não sentir sobre si olhares hostis, antes alguns de simpatia, e não apenas por parte das mulheres. Acho que, para os bávaros, a guerra já não existia; a guerra, afinal, fora um assunto do império prussianizado; o império acabara, a Baviera voltara a ser ela mesma, e por que o Estado Livre recém-saído do forno não deveria manter camaradagem com a República Francesa? Só por causa das brigas passadas? Uma briga não precisa levar uma camaradagem ao rompimento.

Mas foi só mais tarde que fiz todas essas reflexões. Num primeiro momento apenas registrei as imagens da rua. Meus pensamentos estavam todos ocupados com os quatro pontos a serem

11 Citação ligeiramente alterada de “*Wer Stiefel hat, kann sie auch putzen lassen, / Und wer sie putzen lässt, ist ein Signore*” [Quem tem botas pode mandar engraxá-las, / e quem manda engraxá-las é um *signore*], versos finais do primeiro soneto do ciclo *Bilder aus Neapel* [Imagens de Nápoles], “*Zwei Bübchen sah ich heute*” [Hoje vi dois garotinhos], de Paul Heyse.